

Daniel Dela Coleta Eisaqui

REVISAO JUDICIAL DOS CONTRATOS

**A Teoria da Imprevisão no
Código Civil Brasileiro**

**2ª Edição
Revista e Atualizada**

Curitiba
Juruá Editora
2020

Visite nossos *sites* na Internet
www.jurua.com.br e
www.editorialjurua.com
e-mail: *editora@jurua.com.br*

A presente obra foi aprovada pelo Conselho Editorial Científico da Juruá Editora, adotando-se o sistema *blind view* (avaliação às cegas). A avaliação inominada garante a isenção e imparcialidade do corpo de pareceristas e a autonomia do Conselho Editorial, consoante as exigências das agências e instituições de avaliação, atestando a excelência do material que ora publicamos e apresentamos à sociedade.

ISBN: 978-65-5605-157-4

JURUÁ
EDITORA

Brasil – Av. Munhoz da Rocha, 143 Juvê Fone: (41) 4009-3900
Fax: (41) 3252-1311 – CEP: 80.030-475 – Curitiba – Paraná – Brasil
Europa – Rua General Torres, 1.220 – Lojas 15 e 16 – Fone: (351) 223 710 600
Centro Comercial D’Ouro – 4400-096 – Vila Nova de Gaia/Porto – Portugal

Editor: José Ernani de Carvalho Pacheco

Eisaqui, Daniel Dela Coleta.

E36 Revisão judicial dos contratos: a teoria da imprevisão
no Código Civil Brasileiro./ Daniel Dela Coleta Eisaqui./
2ª edição./ Curitiba: Juruá, 2020.
290p.

1. Contratos – Aspectos jurídicos. 2. Código Civil –
Brasil. 3. Economia. I. Título.

CDD 346.07 (22.ed)
CDU 347.73

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Bibliotecária: Maria Isabel Schiavon Kinasz, CRB9 / 626

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	25
1 AS RELAÇÕES ENTRE DIREITO E ECONOMIA	29
2 O MODELO CLÁSSICO DA TEORIA CONTRATUAL	39
3 A TEORIA CONTRATUAL CONTEMPORÂNEA	45
3.1 DIREITOS FUNDAMENTAIS E RELAÇÕES PRIVADAS	50
3.2 A CONSTITUIÇÃO COMO PARADIGMA	54
3.2.1 O Princípio da Dignidade da Pessoa Humana	58
3.2.2 O Acesso à Justiça	65
3.3 O CÓDIGO CIVIL BRASILEIRO DE 2002	69
3.3.1 O Vetor da Eticidade	71
3.3.2 A Boa-Fé Objetiva	74
3.3.3 A Função Social do Contrato	81
3.3.4 O Princípio da Equivalência Material	86
3.3.5 A Lei de Liberdade Econômica (2019)	89
3.4 A REFORMA DE 2002 DO CÓDIGO CIVIL ALEMÃO	97
3.4.1 A Quebra da Base Negocial – §313, I, do BGB	100
3.4.2 Falta da Base Negocial §313, II, do BGB	102
3.4.3 Efeitos do §313 do BGB	102
3.5 A REFORMA DE 2016 DO CÓDIGO CIVIL FRANCÊS	103
4 A TEORIA DA IMPREVISÃO	107
4.1 DEFINIÇÃO	108

4.2	HISTÓRICO	109
4.2.1	Base Filosófica.....	110
4.2.2	Evolução	111
4.3	REQUISITOS	114
4.3.1	Contrato de Execução Continuada ou Diferida.....	114
4.3.2	Fatos Supervenientes	116
4.3.3	Onerosidade Excessiva	118
4.4	EFEITOS.....	120
4.4.1	A Revisão do Contrato.....	121
4.4.2	A Denúncia do Contrato à Luz da Teoria do Adimplimento Substancial	123
4.5	ASPECTOS PROCESSUAIS DA REVISÃO	127
4.5.1	Ajuizamento Necessário da Demanda Revisional e Antecipação de Tutela	128
4.5.2	Preclusão da Possibilidade de Oferta de Alteração Equitativa do Contrato.....	131
4.5.3	Dos Poderes do Juiz.....	132
4.6	A TEORIA DA IMPREVISÃO E OS CONTRATOS ALEATÓRIOS	136
4.6.1	A Questão no Direito Sulamericano	143
4.7	VALIDADE DA RENÚNCIA AO DIREITO DE REVISÃO	144
5	ESTUDO DE CASO.....	149
5.1	CONTRATO DE <i>LEASING</i>	150
5.1.1	Natureza Jurídica	152
5.1.2	Regime Jurídico	154
5.1.3	Classificação	155
5.1.4	Coligação Contratual na Relação de Arrendamento	156
5.1.5	Espécies de <i>Leasing</i>	158
5.1.6	O <i>Leasing</i> e a Teoria da Imprevisão	159
5.1.7	A Maxidesvalorização do Real em 1999	160

5.1.8	A Maxidesvalorização do Real no Judiciário	161
5.1.9	A Teoria da Imprevisão Aplicada aos Contratos de <i>Leasing</i> no Contexto da Crise de 1999	162
5.2	A CRISE INTERNACIONAL DE 2008	167
5.2.1	Histórico da Crise	167
5.2.2	Repercussões Jurídicas da Crise	169
5.3	CRÍTICA DA JURISPRUDÊNCIA	171
5.3.1	A Abstração	173
5.3.2	A Contradição.....	179
5.4	A PANDEMIA DE COVID-19	182
5.4.1	Notícia Histórica.....	184
5.4.2	A Pandemia de Coronavírus como Fato Imprevisível ..	186
5.4.3	Revisão ou Resolução	191
5.4.4	O Dever de Renegociar como Condição de Procedibilidade das Demandas Revisionais	192
5.4.5	Relações Locatícias	194
5.4.6	Contratos Escolares	199
5.4.7	Contratos de Transporte: Passagens Aéreas.....	200
5.4.8	Os Contratos Aleatórios.....	203
5.4.9	Encargos Moratórios.....	203
5.4.10	O Dever de Mitigar o Próprio Dano	206
5.4.11	O Regime Jurídico Emergencial e Transitório – RJET...	207
5.4.12	Soluções de Direito Comparado	213
6	INFLAÇÃO E IMPREVISIBILIDADE.....	219
6.1	PARÂMETROS DE AFERIÇÃO DA IMPREVISIBILIDADE..	223
6.1.1	A Atuação Governamental.....	224
6.1.2	As Consequências do Fato Superveniente	229
6.1.3	A Capacidade do Homem Médio.....	230
6.1.4	Método Escalonado de Análise.....	237
7	UMA PROPOSTA DE LEGE FERENDA	239
7.1	CRÍTICA À PROPOSTA DE NELSON BORGES.....	243

7.2	PROPOSITURA	244
7.2.1	Fundamentação	246
7.3	UMA QUESTÃO TERMINOLÓGICA	249
8	CONCLUSÕES	251
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	257
	REFERÊNCIAS	263
	ÍNDICE REMISSIVO.....	279